

1 Ata da quatrocentésima quinquagésima oitava reunião do Conselho Municipal Assistência Social de
2 Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia vinte e seis de março de 2025, na sala de reuniões do
3 Conselho Municipal de Saúde, situada à Rua do Ouro, 145, bairro Centro, em caráter ordinário.
4 Estiveram presentes os seguintes **conselheiros titulares: Maria da Conceição da Silva e Vítor**
5 **Aparecido de Carvalho** (representantes dos usuários); **Diego Davi Quaresma Machado**
6 (representante da entidade Adra Sudeste); **Rosana Mesquita Novaes** (representante da Rede Cidadã);
7 **Flávio Rogério da Silva** (representante dos trabalhadores do Suas); **Leticia Fernandes Godinho e**
8 **Caroline Soeiro Lanna** (representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -
9 SEMDS); **Bruna Laponez da Silveira** (representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA);
10 **Cíntia Linhares Costa** (representante da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD) e
11 **Jansen Couto de Rezende** (representante da Secretaria Municipal de Política Urbana - SEMPUR).
12 Participaram os seguintes **conselheiros suplentes: Nilda Natividade de Souza Lima** (representante
13 dos usuários); **Rosane Pilar Diegues** (representante do Lar dos Idosos); **Ludson Rocha Martins**
14 (representante da SEMDS); **Laís Cristina Seabra** (representante da Secretaria Municipal de
15 Educação - SEMED); **Andrea Soares** (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
16 Econômico- SEMDE) e **Sandra Miroslawa Gil Carneiro Tibo** (representante da Secretaria
17 Municipal de Habitação - SEMHA). Participou como convidado: **Alcides Lima** (usuário). A
18 Secretaria Executiva esteve representada pelas servidoras **Andréa Silva de Britto Ramos e Sandra**
19 **Carla Maia Medeiros** (assistentes sociais) e **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente
20 administrativo). Constatando quórum, a presidente Leticia Godinho deu início aos trabalhos
21 propondo a plenária, mudança no formato das reuniões, sugeriu uma roda com os participantes com
22 o intuito de haver maior proximidade e melhor comunicação entre os membros. Prosseguindo a
23 presidente apresentou a pauta do dia, qual seja: 1) Leitura da ata nº 457; 2) Reprogramação do Saldo
24 IGD PBF; 3) Plano de Aplicação 2025; 4) Parecer Comissão de Normas - Revisão da Resolução
25 Programas de Transferência de Rendas; 5) Retornos (concurso público, construção do Cras Honório
26 Bicalho e Lanches reunião plenária do CMAS; 6) Prestação de Contas RH - 3º Quadrimestre 2024;
27 7) Termo de Aceite do Programa Bolsa Família; 8) Informes. A Presidente Leticia passou a palavra
28 para Sandra, secretária executiva, iniciar a leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura, a
29 presidente **colocou em votação a ata nº 457, que foi aprovada pelos conselheiros presentes na**
30 **data a que se refere a ata.** Prosseguindo, Leticia fez a leitura dos pontos de pauta da reunião,
31 solicitou a inclusão da apresentação do plano de serviço da Sedese e solicitou também, a inversão do
32 ponto de pauta para iniciar a apresentação do plano de aplicação 2025. Ao final, colocou em
33 aprovação a pauta e suas alterações, que foi aprovada pelos conselheiros **Maria da Conceição, Vítor,**
34 **Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia, Sandra Tibo, Rosane, Jansen, Ludson, Laís e**
35 **Andrea.** Em seguida, Leticia iniciou a apresentação do plano de aplicação, informou que ele visa,
36 a forma como os recursos do Fundo de assistência serão utilizados. Descreveu sobre a unidade

37 orçamentária, apontando os objetivos da Gestão da Política do SUAS, Gestão da Proteção Básica,
38 Gestão da Proteção Especial de Média e Alta complexidade, Gestão do CMAS, Gestão do trabalho e
39 da educação permanente no SUAS, Vigilância Socioassistencial; Apoio ao lar dos idosos;
40 Aprimoramento e Gestão do Programa de enfrentamento a pobreza; Gestão dos Programas de
41 Transferência de Renda e benefícios eventuais, apontou ainda as ações e metas de cada objetivo,
42 referentes aos três quadrimestres do ano. Leticia informou que no objetivo um, da gestão da Proteção
43 Básica nas ações de manutenção e aprimoramento das ações do PAIF, em meta relacionada a outros
44 serviços de terceiros, a comissão de financiamento observou que ficou vago a descrição da meta, por
45 isso a gestão alterou o texto para “contratação de treinamentos, seminários, supervisão técnica e
46 material gráfico”. Prosseguindo, pontuou que em relação a proteção social especial, cuja ação,
47 manutenção da proteção social especial, onde se lê “metas outros serviços de terceiros pessoa física”,
48 também terá o texto modificado para “contratação de treinamentos, seminários, supervisão técnica e
49 material gráfico”. Flávio questionou sobre a meta relacionada à locação de impressoras, para a ação
50 de manutenção da proteção básica, verificou o motivo pelo qual o equipamento não é comprado, já
51 que o uso é contínuo. Ludson informou que atualmente não é costume a compra de impressoras,
52 apenas é feito o contrato de locação, esclareceu que o processo de manutenção é alto, o que não
53 compensa a aquisição permanente. Leticia afirmou que a gestão pública tem optado por locar
54 materiais que costumam sofrer com depreciação. Afirmou ainda, que é feito um cálculo desta
55 depreciação e dos insumos utilizados, concluindo que é menos oneroso o aluguel. Flávio questionou
56 sobre o valor do recurso destinado a realização da conferência municipal, Leticia disse que o valor de
57 R\$29.000,00 é proveniente de recurso próprio e R\$5.000,00 do recurso federal. Afirmou que esta
58 fonte pertence ao IGDSuas e que apesar de estar pactuado com os municípios o repasse através do
59 termo de aceite, é um recurso que não está sendo creditado há quase três anos. Disse que esta
60 informação parte das instâncias de pactuação nacional e do conselho nacional da assistência social.
61 Segundo Leticia, estas instâncias afirmam que o governo federal está aguardando o recurso ser
62 creditado no Tesouro. Destacou que é um valor importante para capacitação, apoio a gestão, diárias
63 de viagens, conferências, etc. No que diz respeito ao aprimoramento e gestão do Programa de
64 enfrentamento a pobreza, Leticia pontuou que a comissão de financiamento questionou sobre o prazo
65 de execução do serviço e que orçamento descrito de R\$413.958,00 é referente a parcela do contrato
66 firmado anteriormente, sendo o término do contrato em agosto. Leticia esclareceu que o secretário
67 informou que tem um recurso garantido pelo governo municipal, para o programa jovem aprendiz,
68 entretanto deverá passar no orçamento para abertura de crédito suplementar para que o programa não
69 seja interrompido. Afirmou que não sabe dizer se o valor irá contemplar 125 jovens aprendizes, mas
70 a intenção é que não reduza a capacidade do programa. Ao final informou o valor total da fonte, sendo
71 R\$38.322.680,00 referentes aos recursos ordinários, R\$1.250.000,00 do cofinanciamento federal e
72 R\$400.000,00 do cofinanciamento estadual, somando um total de R\$39.972.680,00. Sandra enfatizou
73 sobre a importância de construir o plano de aplicação para utilização dos recursos destinados ao fundo

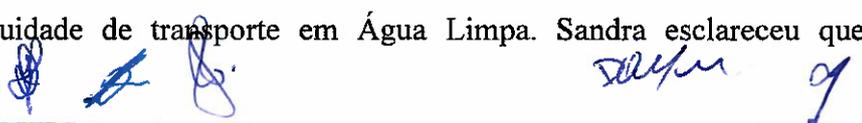
74 municipal do conselho, pois é um documento que vai condensar as metas que estão no plano de
75 Assistência Social, as informações que constam no QDD, viabilizando uma melhor visualização do
76 planejamento da gestão para o ano. Sandra pontuou que o plano foi entregue à secretaria executiva,
77 no formato que foi apresentado por Letícia, posteriormente a análise foi repassado laudo técnico da
78 secretaria executiva para a comissão de financiamento. Sandra apresentou o laudo técnico, pontuou
79 que a análise foi baseada no plano municipal, advertiu que apesar de não ter havido revisão deste
80 documento, ele foi utilizado como parâmetro. Prosseguindo, ela enfatizou o Programa de
81 enfrentamento a pobreza, no que diz respeito a meta física de 125 indivíduos, entretanto esclareceu
82 que apesar desta questão não ser impeditiva para aprovação, é importante enfatizar que a parcela do
83 recurso apresentada de R\$413.958,00, se refere a implementação do Programa passado, que estará
84 em vigor até agosto de 2025, que atualmente são aproximadamente quatro jovens participantes e
85 ponderou que em relação a continuidade do programa a gestão informou que está buscando
86 orçamento. Sandra disse que da análise realizada como um todo, o plano de aplicação está de acordo
87 com as diretrizes do plano municipal. Disse ainda que a proposta é que a gestão apresente um novo
88 plano municipal de assistência social no final do ano, ao que vai vigorar nos próximos quatro anos.
89 Ao final apresentou o parecer da secretaria executiva, que sugeriu à comissão aprovação do plano de
90 aplicação. Em seguida, a presidente colocou em aprovação o plano de aplicação de 2025, que foi
91 aprovado pelos conselheiros **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna,**
92 **Cíntia, Sandra Tibo, Rosane, Jansen, Ludson, Laís e Andrea.** Dando prosseguimento, Letícia
93 apresentou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026, enfatizou que é um documento que define
94 as prioridades para construção da lei de orçamento anual. Informou que a gestão manteve a proposta
95 de 2025 no que diz respeito à construção e aquisição de equipamentos próprios para o Centro de
96 Referência de Assistência Social, bem como manter e fortalecer a Política de Assistência Social.
97 Informou ainda, como novas propostas foi incluído a implantação de Serviços de Acolhimento em
98 Família Acolhedora e do Programa Guarda Subsidiada; Reordenamento dos serviços de Acolhimento
99 Institucional de Criança e adolescente, Residência Inclusiva e Investir em Educação Permanente.
100 Flávio questionou sobre o que é o Programa Guarda Subsidiada, ao que Letícia pontuou sobre a
101 intenção de agendar reunião com a comissão afeta, para discutir sobre o programa Família
102 Acolhedora. Esclareceu que a Guarda subsidiada é vinculada a família acolhedora, disse que existe
103 em poucos municípios do Brasil e por um *delay* legislativo, não consta na Tipificação Nacional dos
104 Serviços Socioassistenciais, mas o entendimento é que em outras normativas, é considerado um
105 programa do SUAS e o objetivo é evitar acolhimento institucional, bem como desinstitucionalizar
106 crianças e adolescentes que possuem família extensa. Sandra disse que de acordo com os incisos da
107 proposta para a LDO, encaminhada a secretaria executiva, foram feitos os seguintes apontamentos:
108 No inciso IV, a sugestão é que a redação seja, Execução do Plano de Educação Permanente e suprimir
109 o termo “investir”, tendo em vista que é necessário executar o plano que está em vigor; No inciso V,
110 a sugestão é suprimir os termos “manter” e “fortalecer” para manutenção e fortalecimento da Política

111 de Assistência Social, tendo em vista adequar o verbo conforme preconiza nas normativas referentes
112 às diretrizes. Ao final, Letícia colocou em aprovação a LDO, que foi aprovada pelos conselheiros
113 **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia, Sandra Tibo,**
114 **Rosane, Jansen, Ludson, Laís e Andrea.** Na sequência, Letícia apresentou a reprogramação dos
115 recursos do IGDPBF, esclareceu que a contabilidade enviou o superávit, e por isso a gestão poderá
116 reprogramá-lo. Enfatizou sobre a urgência de submetê-lo ao conselho, tendo em vista que se o
117 município acumular parcelas na conta, ele sofrerá uma penalidade com desconto de 20% do valor a
118 ser repassado ao município e portanto é necessário dar andamento a reprogramação para que o
119 município não seja penalizado. Informou que o valor a ser reprogramado é de R\$81.599,64,
120 esclareceu ainda que este valor tinha uma indicação para que o setor financeiro destinasse o
121 pagamento a ACTA, entretanto o setor responsável efetuou o pagamento com recursos ordinários.
122 Disse que foi encaminhado extrato bancário da conta para o conselho, onde consta além deste, o valor
123 de R\$14.070,00 referente a parcela de janeiro de 2025. Enfatizou que a reprogramação é para ACTA,
124 referente a pagamento aos cadastradores. Andréa apresentou o laudo técnico referente a
125 reprogramação de saldo da conta IGDPBF, destacou que do valor destinado a esta conta, deve ser
126 reduzido o percentual de 3%, que é destinado ao conselho, conforme a portaria do MDS nº1041 de
127 23 de dezembro de 2024, onde “os entes federados deverão destinar pelo menos 3% dos recursos
128 recebidos por meio do IGD para o fortalecimento de atividades de apoio técnico e operacional dos
129 conselhos de assistência social previstas no inciso XIII do caput, considerando que tais conselhos são
130 responsáveis pelo controle social do Bolsa Família e do cadastro único do Art.11. Além disso,
131 informou que conforme resolução do CMAS nº 08/2024 o valor reprogramado de R\$ 184.563,22
132 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos) alocados na
133 conta 39.248-0, 3% foi destinado ao CMAS, que soma um total de R\$5.536,89 (cinco mil quinhentos
134 e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos) e no ano de 2024 foi creditado na conta o valor de
135 R\$157.791,32, sendo que deste 3% deve ser destinado ao conselho, cujo valor R\$4.733,73. Andréa
136 disse que, constata-se o valor total de R\$10.270,64 que deverá ser reprogramado para o conselho no
137 exercício de 2025, tendo em vista não ter utilizado o recurso e R\$71.329,00 para pagamento da Acta.
138 Letícia colocou em aprovação a Reprogramação do saldo da conta do IGDPBF, que foi aprovada
139 pelos conselheiros **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia,**
140 **Sandra Tibo, Rosane, Jansen, Ludson, Laís e Andrea.** Dando prosseguimento, Sandra pontuou
141 que o orçamento municipal é composto por três peças orçamentárias, a Lei de Diretrizes
142 Orçamentárias – LDO, o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual- LOA. Disse que o PPA
143 nunca foi submetido ao conselho e sugeriu que a gestão apresentasse esta peça orçamentária para
144 apreciação. Flávio perguntou o que a legislação fala sobre este aspecto, ao que Sandra pontuou que
145 conforme as normativas, as peças orçamentárias devem ser submetidas ao conselho. Ludson afirmou
146 que o PPA foi discutido anteriormente, entretanto Sandra respondeu que desconhece tal fato, mesmo
147 analisando documentos anteriores à sua chegada no conselho. Contudo Letícia pontuou que não há

148 nenhuma objeção em submeter o PPA ao conselho. Prosseguindo Ludson apresentou o Plano de
149 Serviço dos recursos do Governo do Estado, qual seja: Piso Mineiro Fixo e Termo de Aceite referente
150 à Residência Inclusiva. Ludson informou sobre a proposta da gestão para o gasto referente ao Piso
151 Mineiro Fixo, afirmou que foi repassado o valor para 2025 de R\$ 362.280,00 dividido em doze meses,
152 afirmou também que a conta ainda têm um valor a ser reprogramado de R\$899.231,35, somando um
153 total de R\$1.261.511,35 cuja meta é Ofertar 7000 cestas básicas e 2052 cestas de legumes e outros
154 benefícios na modalidade "Vulnerabilidade Temporária, atendendo até 3028 famílias com
155 planejamento de gastos com benefícios eventuais. Disse que em relação ao termo de Aceite o valor
156 repassado em 2025 é de R\$60.000,00, o valor reprogramado de R\$ 229.700,39, somando o valor de
157 R\$289.700,39, cuja meta é atender até 10 indivíduos com planejamento de gastos para material de
158 consumo e subvenção social. Em seguida Andréa apresentou o laudo técnico, questionou em relação
159 ao recurso do Piso Fixo Mineiro, sobre os dados que embasaram a definição da meta física de 3028
160 famílias. Ludson esclareceu que a memória de cálculo é baseada no ano anterior e através do
161 reordenamento de concessão dos benefícios. Andréa pontuou que a reprogramação do recurso
162 destinado a residência Inclusiva para utilizar com subvenção social é contrária à deliberação firmada
163 pelo grupo de trabalho constituído pelo conselho para tratar sobre a terceirização do serviço.
164 Entretanto, afirmou que a sugestão é pela aprovação do Plano de Serviço da Sedese referente ao
165 recurso do Piso Mineiro e da Residência Inclusiva, e que em momento oportuno retome a discussão
166 quando da reprogramação dos saldos. Flávio pontuou que é contrário à terceirização do serviço, e
167 questionou sobre o fato de que se aprovar o Plano apresentado, seria condição de aceitar a
168 terceirização. Ao que Sandra esclareceu, que não, pois o que está em aprovação é o Plano de Serviço
169 e não a terceirização do serviço. Prosseguindo, Letícia colocou em aprovação o Plano de Serviço dos
170 recursos estaduais que foi aprovado pelos conselheiros **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana,**
171 **Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia, Sandra Tibo, Rosane, Jansen, Ludson, Laís e Andrea.** Dando
172 sequência, Sandra apresentou o parecer da Comissão de Normas - Revisão da Resolução Programas
173 de Transferência de Renda, lembrou que a princípio o município aprovou o programa chamado Vida
174 Nova posteriormente passou a ser Nova Renda, ao que assumiu um novo escopo, entretanto o
175 conselho estava embasando as deliberações na normativa antiga e portanto, viu-se a necessidade de
176 emitir uma nova resolução baseada no novo escopo, não só do Programa de Transferência de Renda
177 Municipal (Nova Renda), mas também do programa Bolsa família que sofreu algumas alterações.
178 Sandra esclareceu que a resolução além de colocar os critérios para fiscalização dos programas do
179 município e do Governo Federal, ela vai normatizar a comissão de Transferência de Renda.
180 Prosseguindo, Letícia colocou em aprovação o Parecer Comissão de Normas - Revisão da Resolução
181 Programas de Transferência de Rendas, que foi aprovado pelos conselheiros **Maria da Conceição,**
182 **Vítor, Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia, Sandra Tibo, Rosane, Jansen, Ludson e**
183 **Andrea.** Dando sequência, Letícia deu retorno ao questionamento levantado pelo Flávio, na última
184 plenária, disse que em relação ao fornecimento do lanche para as plenárias do conselho, a Semds teve

185 um problema com relação ao contrato firmado com a APAC, a qual fornecia o lanche. Esclareceu que
186 apesar de ter findado o contrato, a SEMDS continuou solicitando e recebendo itens, o que causou um
187 conflito sobre como será pago a APAC, já que houve o término do contrato. Com isso, segundo
188 Letícia, o conselho está sem opção de lanche. Letícia pontuou que a Semds, atualmente, iniciou novo
189 processo para aquisição do lanche, entretanto será disponibilizado há dois meses. Até esta data, o
190 almoxarifado enviará itens mais simples. Em relação ao retorno sobre a construção do Cras Honório
191 Bicalho, Letícia informou que a gestão disse que a previsão de publicação do edital para contratação
192 da empresa que vai construir o equipamento, está prevista para o final de abril. Informou que o
193 secretário pretende, até o meio do ano, assinar a ordem de serviço. Em relação ao retorno sobre o
194 concurso público, Letícia disse que a manifestação da SEMDS é que há interesse em realizar o
195 concurso, entretanto que para este ano é inviável, tendo em vista que é necessário vários processos,
196 de avaliação de impacto orçamentário, avaliação de quantitativo de vagas disponíveis na estrutura da
197 secretaria, dentre outros. Flávio disse que o Ministério Público havia notificado a administração
198 quanto a necessidade de realização do concurso público, disse inclusive que o prazo para resposta é
199 de cento e vinte e seis dias, portanto gostaria de saber sobre este retorno, ao que Letícia disse que não
200 sabe informar, mas que vai averiguar junto a gestão. Letícia esclareceu que o ministério público faz
201 incidência sobre contratações irregulares e que a contratação via processo seletivo simplificado, não
202 é tido como irregular. Disse ainda, que as orientações, do SUAS e da administração pública garante
203 a maioria dos servidores efetivos, mas não proíbe a administração fazer contratações. Dando
204 sequência passou-se a apresentação da prestação de contas do RH do terceiro quadrimestre. Antes da
205 apresentação do quadro de RH, Andréa apresentou estudo realizado em duas planilhas, sobre tipos de
206 contratação trabalhista e dados sobre profissionais que trabalham no âmbito do SUAS, as análises
207 foram baseadas em dados quantitativos, cuja fonte, Folha de pagamento 3º quadrimestre 2024 e Portal
208 da Transparência (PMNL março/2025), de funcionários em exercício da função. Jansen afirmou que
209 nem sempre o portal da transparência está atualizado, fato que as informações podem não ser
210 fidedignas. Andréa esclareceu que o portal da transparência é um site para consulta pública o qual
211 disponibiliza informações sobre a gestão do dinheiro público e que deveria ter seus dados sempre
212 atualizados. Andréa afirmou que mesmo não tendo os dados fidedignos, constata-se a importância de
213 seguir as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira, Cargos e Salários - PCCS da
214 NOBRH/SUAS. Andréa, apresentou o parecer sugerindo à comissão de financiamento que solicite a
215 gestão que fomenta discussão junto a gestão municipal, para o cumprimento das normativas referentes
216 à aplicação de concurso público visando cumprir os princípios e diretrizes das normativas no âmbito
217 do Suas. Andréa pontuou sobre a importância do concurso público, visando a qualificação dos
218 profissionais dando ênfase a execução do plano de educação permanente. Sandra destacou que a
219 discussão a respeito da necessidade de fazer o concurso, é de tempos atrás e que o ministério público
220 está atuando na questão e o conselho atua também nesse sentido, tendo em vista que faz parte da
221 Política da Assistência Social que as equipes de referências, como PAIF, PAEF devem ser

222 concursados, pois, é prerrogativa do concurso público, outra questão diz respeito a continuidade do
223 serviço e além disso a importância do vínculo que deve ser estabelecido do profissional com a política
224 e o usuário. Sandra citou um exemplo com relação ao território de Água Limpa e a rotatividade de
225 profissionais das equipes e pontuou a importância do conselho está sempre debatendo o tema, bem
226 como, se for preciso notificar os órgãos competentes, como já foi feito anteriormente. Andréa
227 apresentou o laudo referente ao quadro de RH do 3º quadrimestre de 2024. Apresentou a planilha
228 contendo as inconsistências, apontou que o setor responsável não deu o retorno e sugeriu à comissão
229 de financiamento que solicite a gestão retorno quanto às inconsistências identificadas, sendo condição
230 de aprovação em plenária. Letícia sugeriu que a comissão reunisse com a Juliana responsável pelo
231 RH, antes da próxima plenária e explicar a questões referentes a forma que o conselho trabalha, tendo
232 em vista ser uma nova gestora, disse que apesar de entender que a equipe do setor já está há mais
233 tempo, se faz necessário a reunião, para evitar problemas. Sandra pontuou que foi dado um tempo
234 para gestão responder às inconsistências, inclusive se reunir com o conselho se necessário fosse, a
235 pauta foi cancelada da última plenária, para dar oportunidade do setor se organizar. Diante disso,
236 constatou que é importante a reunião para questões a partir deste ano, pois a prestação de contas em
237 questão se refere a 2024 e não cabe maiores discussões. Sandra destacou que a sugestão é de
238 reprovação já que não houve retorno do setor sobre as inconsistências. Andréa pontuou que foi
239 acordado com a gestão, inclusive consta em ata da última plenária, que o setor responsável
240 responderia sobre as inconsistências. Ludson sugeriu que fosse reprogramado a pauta para a próxima
241 plenária. Diante disso, Letícia colocou em aprovação duas sugestões para serem votadas qual seja:
242 reprovação da prestação de contas do RH, referente ao 3º quadrimestre ou reprogramação da pauta
243 em questão para a próxima plenária e que tenha uma reunião presencial com o setor responsável.
244 Flávio votou a favor da reprovação da prestação de contas do RH, referente ao 3º quadrimestre e os
245 conselheiros **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Flávio, Caroline, Bruna, Cíntia, Sandra**
246 **Tibo, Rosane, Jansen, Ludson e Andrea** votaram a favor que a pauta seja reprogramada para a
247 próxima plenária. Dando sequência passou se a pauta sobre o Termo de Aceite do Programa Bolsa
248 Família. Sandra pontuou que apenas para dar ciência, e esclareceu que o documento é gerado
249 recorrentemente pelo Governo Federal para deliberação do conselho, entretanto este em questão, falta
250 apenas a assinatura do prefeito. Letícia disse que a gestão está em processo de assinatura de outro
251 Termo de Aceite referente ao Programa Bolsa Família, pois houve uma alteração na regulamentação
252 e por isso o município precisa analisá-la e dar o aceite. Esclareceu que é um termo de adesão e o
253 município não poderá propor mudanças, pois já foi discutido nas instâncias de pactuação no âmbito
254 federal, restando apenas o aceite. Sandra esclareceu que em outros termos como este, foi necessário
255 passar pela deliberação do conselho, entretanto o atual, não consta nenhuma indicação de deliberação,
256 mas que mesmo assim, considerou importante dar ciência ao conselho, sobre a adesão ao programa,
257 restando apenas saber quando o prefeito assinará o termo. Maria da Conceição questionou sobre a
258 continuidade de transporte em Água Limpa. Sandra esclareceu que permanece, entretanto é



259 importante que os conselheiros se manifestem no grupo até um dia antes da plenária sobre a
260 necessidade do carro. Caso contrário a solicitação do carro será cancelada. Nada mais havendo a
261 tratar, eu **Andréa Silva de Britto Ramos**, lavrei a presente ata, que após lida em plenária e aprovada,
262 será assinada pelos conselheiros.



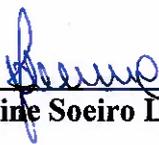
Letícia Fernandes Godinho
Presidente do CMAS-NL

Maria da Conceição da Silva
2ª secretária do CMAS-NL

Andrea Soares

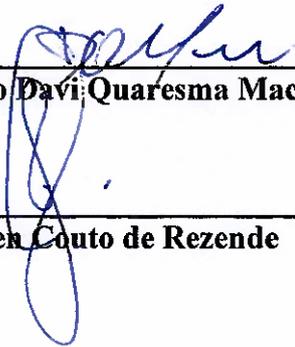


Bruna Laponez da Silveira



Caroline Soeiro Lanna

Cíntia Linhares Costa



Diego Davi Quaresma Machado

Flávio Rogério da Silva

Jansen Couto de Rezende

Nilda Natividade de Souza Lima

Laís Cristina Seabra

Ludson Rocha Martins

Rosana Mesquita Novaes

Rosane Pilar Diegues

Sandra Mirosława Gil Carneiro Tibo

Vítor Aparecido de Carvalho